



**Ata da 48ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

1 Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas e
2 trinta minutos em segunda chamada, reuniram-se no ginásio de esportes Glorinha Futebol
3 Clube, no centro de Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da APA do Banhado
4 Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho
5 Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

6 Div. Pesq. Manut. Coleções/SEMA – Jan Karel Felix Mahler Junior

7 UFRGS - Terezinha Guerra

8 Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

9 Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

10 Prefeitura de Gravataí - Paulo Roberto Muller

11 Comitê Gravataí - Manoel Adam

12 Comitê Gravataí – Sergio Cardoso

13 SEMA – Letícia Rolim Vianna

14 SEMA – Cecília Schuler Nin

15 INCRA - Paulo Heerdt Junior

16 DRH - Gabriel Muller

17 AAFISE – Marthin Zang

18 AMBG – José Ernani Silveira

19 Quilombos – Berenice Gomes de Deus

20 Quinta da Estância – Lucídio Goelzer

21 EMATER – Vanessa Rosa dos Santos Sperotto

22 FIERGS – Alcídio Eduardo Bottin da Silva

23 FIERGS - Tiago José Pereira Neto

24 FIERGS – Leonardo Silveira Ritta

25 FARSUL – Marino Cestari Filho

26 FARSUL – Marcelo Camardelli Rosa

27 APNVG - Tânia Maria Dias Peixoto

28 CURICACA – Alexandre Krob

29 **Aprovação da ata:** A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim
30 Vianna, que iniciou colocando em votação a ata da 48ª assembleia ocorrida em 06/05/2019 que
31 foi aprovada por unanimidade.

32 **Plano de Manejo:** Letícia chamou o servidor Jan Karel/DBIO/SEMA para apresentar o
33 andamento do meio biótico, desenvolvido pela então FZB, que foi o primeiro ponto da pauta do
34 dia. Jan informou que o meio biótico não está totalmente concluído. Relembrou o início do



35 trabalho do Plano de manejo, em 2014, que foi feito com o conselho e a equipe da zoobotânica
36 por meio de reuniões e oficinas para traçar estratégia de como fazer os levantamentos, contou
37 como foram elaboradas as perguntas orientadoras do plano de manejo. Falou da importância
38 de saber quais espécies são as mais importantes para a conservação da APABG e que essas
39 serão escolhidas como alvos de conservação, sendo que estes não são apenas espécies, mas
40 também podem ser os ambientes.

41 Ricardo estava em férias, mas é ele que está fazendo o geoprocessamento, ferramenta
42 que vai estabelecer a forma de apresentar todas as informações levantadas em campo e dados
43 secundários. Esta ferramenta disponibiliza as informações de forma fácil de identificar. As
44 áreas da APA foram separadas em 5 unidades de paisagem (que serão unidades de gestão)
45 com características geomorfológicas, formações vegetais, drenagens, espacialização das
46 espécies de interesse e alvos de conservação entre outras características semelhantes. Foram
47 usadas informações da década de 90 da pesquisadora Lorete que trabalhou na APABG
48 sugerindo as unidades de paisagem que estão sendo usadas.

49 Jan mostrou imagens do banhado antes da construção do canal do DNOS, disse que
50 estas imagens subsidiam a criação de senários possíveis para a recuperação e conservação,
51 mas que não se tem a pretensão de recuperar integralmente o banhado como na sua forma
52 original. Essa imagem ajudará a produzir senários e mapas para a gestão.

53 A respeito do levantamento da flora, a equipe responsável fez um trabalho
54 qualitativo, trabalhando com as fitofisionomias da APA, mas também subgrupos dessa
55 equipe fizeram trabalhos específicos a exemplo das cactáceas. Outras formações como
56 campestres e macrófitas aquáticas, tinham prevista uma contratação específica por conta da
57 indisponibilidade de profissionais da FZB, porém até agora não foi possível, por isso a equipe
58 vai trabalhar com a informação que está disponível hoje. No futuro espera-se viabilizar uma
59 contratação específica para trabalhar com as macrófitas aquáticas e com a vegetação
60 campestre. Disse que está em negociação a possibilidade da pesquisadora da UFRGS, Ilse
61 Boldrini (especialista em campos), trabalhar com a vegetação campestre da APA, porém ainda
62 não existe a confirmação disto. O levantamento da flora foi bastante extensivo com
63 amostragens as mais representativas possíveis da APA, porém ainda haverá alguma lacuna.
64 Mostrou vários gráficos que ilustram as ocorrências de famílias e espécies além de imagens
65 das formações, fitofisionomias, tipos de florestas, banhados, etc, para ilustrar os trabalhos dos
66 pesquisadores sobre a flora da APABG. A equipe estabeleceu como alvos de conservação as
67 matas paludosas e de terras baixas, áreas úmidas e nascentes, algumas espécies novas pra
68 ciência que foram descobertas nos levantamentos e descritas recentemente, espécies
69 ameaçadas de extinção (4 delas estão criticamente ameaçadas de extinção), espécies raras,
70 espécies endêmicas e matrizes de espécies arbóreas para recuperação da vegetação.

71 Jan contou que na pesquisa encontraram florestas de araucária dentro da APA e
72 também butiazais, que são característicos do bioma pampa.

73 Jan comentou que das 22 espécies exóticas elencadas nos estudos, as 5 principais e
74 que precisarão de alguma atenção no plano de manejo são o capim anonni, o pinus, o
75 asparguinho, a braquiária e o lírio do brejo.

76 Referente à fauna foram trabalhados 5 grupos de vertebrados (peixes, anfíbios, reptéis,
77 aves, mamíferos), e um grupo de invertebrados, que foram os moluscos. Muitas das
78 informações referentes aos invertebrados serão advindas de dados secundários por conta da
79 falta de equipamento para o estudo. No grupo dos peixes foram encontrados dois peixes
80 anuais com risco de extinção e uma espécie nova descoberta em 2014 que provavelmente
81 será alvo de conservação. Existem outros dois peixes anuais que tem ocorrência potencial na



82 APABG que devem ser levantados futuramente sendo que um deles também é uma espécie
83 nova descrita em 2014.

84 Sobre os répteis até o momento nenhuma espécie registrada tem relevância para
85 proteção.

86 Jan ressaltou a importância de um diálogo entre os planos de manejo da APABG e do
87 RVSBP por as duas UCs terem muitas coisas em comum, uma estar contida na outra e por
88 isso algumas ações devem ser pensadas em conjunto.

89 No grupo das aves, 10 espécies são ameaçadas, porém nem todas serão alvos de
90 conservação da APA.

91 No grupo dos anfíbios, ressaltou a importância da conservação dos ambientes para a
92 sobrevivência das espécies, que existe um gênero que é classificado como ameaçado e que
93 possivelmente exista uma espécie nova para a ciência a ser descrita. Nesse grupo haverá uma
94 espécie definida como alvo de conservação.

95 Jan terminou sua fala relatando que no grupo dos mamíferos o tuco-tuco, que ocorre na
96 coxilha das lombas será alvo de conservação assim como o cervo do pantanal, que mesmo
97 sendo alvo de conservação do RVSBP será também da APABG, pois esta espécie necessita
98 de expansão de sua área de ocorrência para além dos limites do RVSBP para manter a
99 viabilidade. Não é comum duas UCs terem o mesmo alvo de conservação, porém esta é uma
100 exceção. Além desses mamíferos outros serão considerados espécies de interesse como é o
101 caso do bugio que está perdendo habitat por fragmentação, competição com animais
102 domésticos e desmatamento assim como os felinos ocorrentes na APA.

103 Sergio Cardoso, perguntou a respeito do detalhamento dos estudos nas áreas onde
104 estão propostas as unidades de conservação municipais de Glorinha e Gravataí tendo em vista
105 o acordo dos municípios com o MP e a elaboração do PM em paralelo. Jan informou que não
106 tiveram acesso a essas áreas e que o PM não é estanque, mesmo depois do término ele
107 passará por revisões periódicas e surgirão outras necessidades. Esse é um dos pontos que
108 poderia ficar indicado no Plano de Manejo para ser feito na sequência.

109 Sergio Cardoso questionou também sobre a participação das prefeituras no processo
110 do PM e Cecília respondeu que existe uma Câmara Temática de acompanhamento do PM e
111 que as prefeituras que tem interesse estão acompanhando e participando ativamente das
112 análises de cada produto, apenas a Prefeitura de Viamão não tem participado nem das
113 reuniões do Conselho da APA nem da CT. Sergio complementou dizendo que essa é uma
114 provocação haja vista que as definições do PM terão consequências diretas nos municípios.
115 Jan lembrou que as prefeituras vão ser chamadas para os workshops e terão mais uma chance
116 de participar. Cecília disse que a dinâmica das áreas úmidas é a parte mais importante para a
117 questão dos municípios e as propostas de UCs. Jan sugeriu que a consultoria do planejamento
118 seja chamada para explicar como será feito o trabalho. Priscila comentou que o levantamento
119 biótico nas regiões das futuras UCs é muito importante para reforçar a relevância da sua
120 regularização.

121 No segundo item da pauta, Tiago Pereira fez um relato dos trabalhos do CT de
122 acompanhamento do PM. Foram feitas 3 reuniões depois da última reunião do conselho. A CT
123 está trabalhando intensamente em várias frentes, acompanhamento e aprovação dos produtos
124 da socioeconomia e do plano de trabalho, e metodologia do planejamento. Em contato com a
125 Biolaw recebeu informação a respeito de como será o formato do PM, as oficinas setoriais, etc..
126 Em uma das reuniões o diretor do DBio esteve presente para ouvir sobre a preocupação das
127 entidades com o atraso dos pagamentos. Em outra oportunidade foi entregue uma
128 manifestação das entidades componentes do CT de acompanhamento do Plano de Manejo no



129 sentido de alertar o Secretário quanto às consequências do atraso dos pagamentos das
130 contratações.

131 Quanto à forma de trabalho da CT, para todos os produtos entregues até agora foi
132 seguido o seguinte protocolo: os membros recebem os produtos, analisam e quando entendem
133 que deve haver algum ajuste, emitem seus apontamentos, estes são compilados em um
134 relatório que é entregue a consultoria para que a mesma possa efetuar as mudanças cabíveis
135 ou justificar, após retorno da consultoria. Se for suficiente, é feita a aprovação do produto e
136 abre-se um processo para pagamento da parcela referente ao mesmo. Até agora já sofreram
137 esse processo dois dos produtos entregues pela consultoria da FAURGS que entregaram que
138 os devolveram com as devidas retificações e só então foram aprovados, e um produto da
139 consultoria da Biolaw que também já foi aprovado. Sobre o último relatório da socioeconomia,
140 este está em análise, 01 de julho foi o prazo para os integrantes da CT se manifestarem, o
141 coordenador da CT irá compilar as informações no relatório que será entregue a consultoria.
142 Dia 5/7 o relatório de acompanhamento será fechado com todos os conselheiros da CT em
143 uma reunião. Sobre o diagnóstico do meio biótico, Tiago disse que essa apresentação
144 explanada por Jan já havia sido apresentada em uma reunião da câmara temática, que é
145 notável o trabalho e o esforço da equipe da FZB e que o CT aguarda a disponibilização dos
146 relatórios do meio biótico para análise e aprovação dos produtos neste fórum.

147 Na pauta seguinte foram prestados esclarecimentos a respeito de reunião ocorrida em
148 24 de junho entre SEMA e Ministério Público onde o Promotor aproveitou a estada do
149 Secretário de Meio Ambiente, Artur Lemos Junior, a Diretora-Presidente da FEPAM, Marjorie
150 Cauffmann, o Procurador do Estado, agente setorial da SEMA, Juliano Heinen, e o diretor do
151 DBio/SEMA, Diego Melo Pereira para discutir a questão do pagamento que até então ainda
152 não havia sido feito. Essa reunião gerou uma ata que foi lida na íntegra para os conselheiros
153 que segue em anexo.

154 Foi relatado ao conselho o esforço da CT de acompanhamento do Plano de Manejo que
155 elaborou o Of. CDAPABG/SEMA Nº 05/2019 direcionado ao Secretário de Meio Ambiente e
156 Infraestrutura, Arthur Lemos, C/C para o Diretor do DBio, Diego Melo, solicitando solução
157 urgente dos entraves burocráticos no pagamento das consultorias, e que foi entregue pelo
158 coordenador da CT, Tiago Pereira, ao Secretário Adjunto, Paulo Pereira. A pesar de terem sido
159 feitos outros esforços para que este pagamento ocorresse, somente a partir da entrega deste
160 documento é que o problema começou a ter visibilidade dentro da Secretaria.

161 O Diretor do DBio entregou a Folha de Informação nº 04/2019 – DBIO/SEMA em 26 de
162 junho de 2019 às servidoras da APA a fim de esclarecer ao seu Conselho as diligências
163 realizadas pela SEMA. Este documento também foi lido aos conselheiros, porém parcialmente
164 e segue anexo. Até o momento da reunião não havia informação do pagamento.

165 Paulo Heerdt, perguntou se o recurso sofre algum tipo de reajuste e Letícia respondeu
166 que sim e que inclusive a consultoria pode solicitar pagamento deste reajuste.

167 Sergio Cardoso propôs reflexão, colocou que a condição financeira do Estado já é
168 sabida por todos e que a pesar disso seria interessante fazer um apoio institucional em todos
169 os espaços no sentido de manter plano de manejo acontecendo a fim de entrega-lo no prazo
170 estipulado pelo MP que é maio de 2020. Disse que foi muita energia gasta sem resultado, mais
171 de 6 anos tentando fazer com que o plano aconteça e que as instituições devem aproveitar
172 essa mudança de governo para terminar o PM, mesmo que não seja o mais perfeito, mas que
173 pelo menos se vença esta etapa. Esta deve ser uma meta para o conselho, aproveitando o final
174 da “intervenção branca” feita no governo passado, fazer com que o Plano de Manejo saia nos
175 dois primeiros anos deste governo. Reconheceu o esforço do Tiago, representante da FIERGS,
176 e do MP. Letícia Concorda com a importância da sua finalização na data prevista e frisou que o



177 plano de manejo não é estanque, estará sempre sendo atualizado na medida das
178 necessidades. Cecília lembrou que os problemas até o momento sempre foram de ordem
179 burocrática e administrativa (como má gestão de recursos), pois as questões técnicas sempre
180 foram bem encaminhadas pela FZB que sempre deu o retorno solicitado nos prazos.

181 No item da pauta “Relato da Câmara Temática sobre a IN 02/2018” Cecília iniciou
182 contando que após a reunião do conselho, em 5 de maio, aconteceu uma reunião de gestores
183 que teve a IN 02/2018 como uma das pautas e que gerou uma proposta de alteração. Esta
184 proposta foi levada para o CT do Conselho da APABG para apreciação e manifestação onde
185 foi analisada item por item.

186 Sobre o processo de alteração da constituição do Conselho, Cecília continuou a
187 colocação explicando que o trâmite para sua alteração, segundo o Regimento interno,
188 determina abertura de aviso público, e a IN 02/2018 fixa o seguinte trâmite: formação do GT,
189 edital de cadastramento, divulgação do processo eleitoral, avaliação do GT ou da plenária,
190 definição da plenária e publicação de Portaria. Apesar de o conselho ter se manifestado na
191 reunião anterior no sentido de manter o trâmite do regimento, a SEMA entende que é prudente
192 seguir o trâmite definido na IN, já que essa questão não irá mudar na nova proposta de IN, que
193 isso não traz prejuízos aos Conselhos (tanto que não foi um ponto de questionamento dos
194 conselheiros) e que o setor jurídico da SEMA já advertiu que a IN se sobrepõe ao Regimento.
195 Cecília disse que no próximo item que é a alteração do Conselho e que então, gostaria de
196 seguir o trâmite da IN. Ninguém manifestou oposição.

197 Em 22 de maio Tiago Pereira, informou que o SINDIEÓLICA tem interesse em participar
198 do conselho da APABG e a entidade em questão já encaminhou ofício formalizando, portanto o
199 conselho deve se posicionar quanto a essa alteração. Outra proposta de alteração é a entrada
200 da dona Berenice, representante do quilombo da Anastácia, que se faz presente hoje na
201 reunião e tem interesse em ocupar a vaga do quilombo Cantão das Lombas ou a suplência
202 dessa vaga. A proposta encaminhada é que se ocupe 13 vagas para o setor governamental e
203 14 para o não governamental, porém o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio
204 da Patrulha-STRSAP, que em princípio ocuparia uma vaga não governamental, ainda não se
205 manifestou até o momento, sendo assim há possibilidade de exclusão dessa vaga e neste caso
206 o conselho ficaria paritário contendo 13 vagas para cada setor. A proposta de diminuição das 4
207 vagas da FIERGS para 2 também foi encaminhada. O conselho segue aguardando a
208 manifestação do Sindicato Rural de Viamão ou de Santo Antônio da Patrulha, haja vista que o
209 Maurício Barcelos tinha solicitado que a entidade fosse permutada pelo Sindicato Rural de
210 Santo Antônio da Patrulha. Priscila sugeriu que entre em contato com Maurício Barcelos para
211 perguntar se existe alguma definição. Na sequência Marcelo Rosa, informou que em relação a
212 vaga do Sindicato Rural, ele, em nome da FARSUL se compromete em fazer o contato com os
213 sindicatos Rurais de Santo Antônio, Viamão e Gravataí para fazer essa definição. Jordana
214 informou que em contato com o STRSAP tem informação de que os mesmos não tem condição
215 de assumir esse compromisso no momento e Letícia disse que em contato com esta entidade
216 foi informada que este assunto estava em discussão interna e que assim que houvesse um
217 posicionamento seria informado ao Conselho. Tiago apresentou dois questionamentos. 1º -
218 sobre a IN, a reformulação foi aprovada internamente? Será publicado em diário oficial? E em
219 que momento? Sobre esses primeiros questionamentos, Cecília explicou que a minuta da
220 proposta de alteração da IN foi construída pela equipe da DUC e que a APABG achou por bem
221 submetê-la ao conselho para manifestação. Falou que as alterações na IN provavelmente não
222 serão todas exatamente como o Conselho da APA sugeriu, pois o documento orienta todos os
223 conselhos e não apenas o da APA por isso todos os gestores de todas as UCs tem
224 participação nessa construção, mas que todos os apontamentos do Conselho da APA estão
225 sendo incorporados ao processo. Tiago concluiu que os gestores entendem que a IN não é



226 ilegal, apenas deve ser adequada às demandas e realidades dos conselhos gestores de todas
227 as UCs e lembrou que este Conselho manifestou entendimento de que a IN é ilegal. Quanto a
228 isso, perguntou para Cecília sobre a manifestação dos gestores a respeito da Moção da
229 APABG. Cecília disse que os gestores não se manifestaram a respeito deste documento e
230 lembra que o setor jurídico da SEMA, quando foi questionado, respondeu que não entende que
231 a IN é ilegal e inclusive reforça que a IN se sobrepõe ao regimento em termos de força de lei.

232 Paulo Herdth, lembrou a reunião ocorrida na FZB e em outro momento na SEMA, e
233 perguntou como as deliberações dessas reuniões foram tratadas pelos gestores. Cecília
234 informou que as poucas coisas da minuta dos gestores que ainda estavam em desacordo
235 foram afinadas na última reunião, que o posicionamento do Conselho da APA foi encaminhado
236 via PROA para o Diretor do DBio para ser encaminhado para portaria e que as sugestões da
237 APABG foram acatadas pelos gestores. Possivelmente passará novamente pelo setor jurídico
238 antes da sua publicação.

239 Tiago voltou a falar, agora fazendo seu segundo questionamento que é relativo à composição
240 do Conselho. Lembra que na última reunião pediu que enviassem as propostas de alteração
241 para que as instituições pudessem trabalhar internamente e disse não recordar de ter recebido
242 por e-mail tal proposta. Pediu novamente uma manifestação oficial de proposta de alteração.
243 Informou que o momento para alterar composição de conselho é extremamente sensível, uma
244 vez que estamos em construção do Plano de Manejo, que muitas composições estão para ser
245 feitas e a FIERGS está perdendo metade das vagas. Cecília pediu desculpas e lembrou que
246 esta questão constou na última ata enviada uma semana antes ao Conselho e disse que se
247 não foi suficiente é possível que se encaminhe a memória da reunião do CT de alteração do
248 conselho ocorrida em abril, e Leticia reforçou o pedido de desculpas e argumentou que
249 entendeu que as informações enviadas no e-mail de convocação seriam suficientes para essa
250 finalidade solicitada por Tiago. Tiago perguntou quais as entidades que não estão
251 comparecendo, questionou se o Conselho deve tomar decisão tão radical num momento tão
252 sensível onde se vai mobilizar a sociedade para discutir o plano de manejo e incluir uma série
253 de atores onde cada fala é valiosa, no momento que quem está lá na ponta está percebendo
254 nosso trabalho e nós estamos alterando a composição do conselho. Perguntou se alguém se
255 debruçou neste tipo de avaliação também. Cecília explicou que foi pelas faltas que a CT de
256 alteração do conselho foi criada, pois é um momento importante de tomada de decisão e está
257 sendo feito um esforço no sentido de trazer as entidades para as discussões em um conselho o
258 mais paritário possível, na intensão de trazer definições que sejam as mais representativas
259 possíveis, nesse sentido o conselho abriu a discussão para que todos decidam juntos.

260 Krob voltou à questão da IN e colocou que lhe parece que está em um momento de
261 reorganização e que em análise da Instrução Normativa 02/2018 foram detectadas
262 inconstitucionalidades em relação a Lei Federal que regulamenta a formação dos Conselhos de
263 UCs, que tem coisas que estão claramente na Lei Federal e que foram omitidas ou alteradas
264 na IN, que o Instituto Curicaca, que participa de vários conselhos, fez um encaminhamento ao
265 Ministério Público solicitando uma avaliação já que ela afeta todas as UCs Estaduais, sendo
266 assim precisa estar claro que estamos fazendo uma alteração de Conselho no momento em
267 que a IN em vigor está sendo questionada, pergunta se existe uma demanda de prazo para
268 alteração do conselho ou se é por conta das faltas. Cecilia colocou que neste momento o
269 Conselho está irregular, pois muitas entidades como ICMBIO, Sindicato Rural de Viamão, entre
270 outras, a muito tempo não participam e por conta disso é muito necessário que se trabalhe a
271 questão da composição seguindo o regimento ou a IN e que esses dois documentos não são
272 excludentes para a questão de alteração, que é possível fazer a alteração de forma correta
273 independente da alteração da IN e sugere trabalhar a alteração da composição do conselho e a
274 alteração da IN paralelamente. Krob deu o exemplo de mudança na IN que transforma as



275 entidades ambientalistas em instituições ambientais, isso do ponto de vista do setor
276 ambientalista não é aceitável, este setor não quer trabalhar com esse conceito abrangente,
277 genérico, que permite que qualquer entidade se encaixe nesse “saco de gato” como entidade
278 ambiental. Desta forma o Curicaca não se posiciona no sentido contrário a alteração do
279 conselho, pois também entende ser necessária, porém solicita que seja mantido o setor
280 ambientalista na composição do Conselho. Cecília enfatizou que esta solicitação na alteração
281 da IN foi incluída e contemplada na minuta que está sendo proposta. Outra questão que krob
282 levantou foi a retirada dos Comitês de Bacia e que Cecília não recorda se foi alterada na
283 proposta.

284 Ivo Lessa falou em nome da FETAG que tem interesse em continuar compondo o
285 Conselho na pessoa do Marcelo Camardelli.

286 Lucídio pediu esclarecimentos a respeito do Art. 13, alínea b, pois no seu entendimento
287 está sendo transferida a decisão para o gestor, baseado apenas nas questões técnicas,
288 portanto um estudo técnico derrubaria a decisão do Conselho. Ele entende que pelo Conselho
289 ser deliberativo, a questão técnica não pode se sobrepor a decisão do Conselho. Priscilla,
290 também entende que como está colocado na IN, a fundamentação técnica se sobrepõe a
291 decisão do Conselho, e concorda com isso. Lucídio seguiu reforçando que não pode ser desta
292 forma por conta do caráter deliberativo deste Colegiado, dizendo que essa é a sua função e
293 que sua decisão não tem obrigação de acompanhar estudos técnicos e científicos.

294 No texto do Art. 13, alínea b, diz que “*Caberá ao órgão gestor (SEMA) acatar a*
295 *manifestação do conselho, exceto se houver argumentação técnica contrária, e neste caso,*
296 *deverá haver nova assembleia para que a SEMA apresente esses argumentos, ainda antes da*
297 *emissão da Autorização para Licenciamento”, e a palavra “**exceto**” foi bastante questionada,*
298 *pois abre a possibilidade de haver interferências externas que invalidem a decisão do conselho*
299 *impedindo o exercício de deliberação. Cecília declarou que essa alínea não foi fruto do trabalho*
300 *do CT da APABG, que provavelmente tenha sido modificado após a manifestação da APA e*
301 *que também acha bem perigoso manter o texto dessa forma e sugere que se todos*
302 *concordarem pode-se encaminhar uma ressalva a esta questão.*

303 Tiago disse que a proposta da APA já foi encaminhada e que não cabe ao Conselho
304 contrapor a proposta que todos os conselhos já encaminharam, e acha que só o conselho da
305 APA vai se manifestar. Tania disse que não se sabe se outros conselhos já manifestaram
306 quanto a essa alínea b e Tiago reforçou dizendo que não sabe se essa proposta de mudança
307 não foi feita por outros gestores finalizando sua fala perguntando se cabe a nós provocar
308 novamente essa discussão em função da colocação feita nesta reunião. Cecília defendeu que
309 o Conselho tem direito de fazer outra manifestação esclarecendo que discorda desta alínea, e
310 que isso não necessariamente acarretará a alteração solicitada.

311 Priscila continuou defendendo a sobreposição da questão técnica/científica sobre o
312 poder de deliberação do Conselho, argumentando que nestes casos ocorrerá nova assembleia.
313 Tânia lembrou que na época em que se tentou instalar a mineração de carvão na APA
314 tentaram dar peso maior para a técnica e graças à soberania das decisões do Conselho a
315 atividade de mineração de carvão foi proibida na APA.

316 Terezinha disse ainda ter dúvidas a respeito da possibilidade de fazer a alteração do
317 Conselho paralelamente a alteração da IN 02/2018. Cecília explica que em reuniões passadas
318 foi definido que o Conselho continuaria seguindo o regimento, que no regimento diz que é
319 necessário abrir aviso público e que isso não é excludente da proposta da IN, por isso dá para
320 levar os dois processos paralelamente, pois apesar de não ter o nome de aviso público, a IN
321 prevê a publicidade do processo.



322 Krob falou que em relação a alteração da IN preferiria analisar a minuta inteira antes de
323 se manifestar pois além deste item podem haver outros a serem apontados e se nos
324 manifestarmos agora podemos estar concordando com coisas que não estamos enxergando,
325 também disse que não sabe se havia necessidade de o Conselho se manifestar neste
326 momento uma vez que o processo está em fase de tramitação interna na DUC, a não ser que
327 se envie solicitação de prazo para os conselhos se manifestarem. Cecília sugeriu enviar o
328 número do processo para análise da minuta e na próxima reunião discutir os apontamentos e a
329 forma de encaminhá-los. Krob questionou se desta forma não haverá atraso no processo.

330 Para Sergio, nesse texto, a alínea b está presumido que o Estado tem direito a recurso,
331 uma vez que se não for aprovado o projeto o mesmo pode voltar com uma revisão do mesmo
332 para pleitear nova aprovação e entende que é um processo um tanto esquizofrênico ter que
333 analisar duas vezes o mesmo processo. Disse também que a questão política sempre pode
334 estar permeando as decisões técnicas. Entende que com este texto existe dubiedade na
335 interpretação, pois não fica claro se o Conselho pode rejeitar qualquer proposta mesmo que
336 tecnicamente viável.

337 Lucidio perguntou quais os passos que um processo de licenciamento percorre até o
338 EIA/RIMA ser apresentado ao Conselho. Foi explicado que após o pedido de licenciamento
339 pelo empreendedor a APA se manifesta em relação ao conteúdo do termo de referência, o
340 empreendedor deve atender todas as demandas do termo de referência, apresentar os estudos
341 e depois disso passará pelo crivo do Conselho para sua manifestação. Após a criação da
342 central de autorizações-CEAUT, diretamente ligada ao gabinete, instituída na gestão passada,
343 processos de menor complexidade não tem passado pela equipe técnica da APA.

344 Manuel colocou sua interpretação a respeito do art. 13 e suas alíneas. Disse que no seu
345 entendimento, se na alínea a disser que a apresentação será feita pelos técnicos, a alínea b
346 fica automaticamente eliminada. Completou dizendo que o que querem é uma ressalva de
347 apresentação dos técnicos para o processo. Cecília não concorda. Letícia frisa que no seu
348 entendimento é a manifestação do conselho que será revista, pois no caso de uma negativa, o
349 empreendedor terá oportunidade de tentar convencer o conselho do contrário e diz não ter
350 entendido se o conselho fica obrigado a mudar seu posicionamento caso sejam apresentadas
351 justificativas técnicas relevantes.

352 Ivo Lessa disse que não entende o motivo da manifestação do conselho, pois ela só se
353 dará se o órgão licenciador encaminhar, só irá para análise do conselho aquilo que o órgão
354 licenciador deliberar. No seu entendimento acha que o conselho está querendo ultrapassar a
355 competência do órgão gestor, não entende a importância disso perante um processo de
356 licenciamento. Perguntou se isso é uma regra interna de articulação do conselho ou se é uma
357 regra geral para todos os conselhos. Cecília lembrou que o Plano de Manejo é justamente para
358 dar as diretrizes do o que se deve proteger. Se tiverem atividades que causem impactos em
359 um alvo de conservação e não forem passíveis de EIA/RIMA como será o procedimento, é a IN
360 que poder regar.

361 Krob disse que o conselho por ser deliberativo tem o poder de tomar decisão ou quando
362 for consultado ou quando quiser tomar decisão. Uma vez que somos deliberativos não há
363 necessidade de existir nada que diga que é obrigatório acolher a deliberação do conselho, pois
364 isso já está juridicamente implícito. Cecília lembrou de um entendimento da Secretária adjunta
365 da gestão passada, Maria Patrícia, que dizia que o gestor podia contrariar a decisão do
366 Conselho deixando o gestor numa situação muito complicada. Krob concluiu que então há
367 necessidade de ter uma segurança complementar em função do entendimento da gestão
368 passada, para que, do ponto de vista administrativo, as definições sejam acatadas de forma a
369 não perder tempo. Tânia complementou dizendo que então a alínea b não é necessária



370 podendo ser eliminada, pois a alínea a já diz o que precisa ser dito e propôs colocar em
371 votação a eliminação da alínea b.

372 Tiago disse que existe uma manifestação oficial do Conselho dizendo que a IN é ilegal e
373 que agora esta sendo trabalhada reformulação de uma norma que teoricamente é ilegal, e está
374 sendo feito o recorte de um inciso, está sendo discutido apenas um inciso. Tiago falou que
375 compartilha da ideia de Krob que acredita ser mais efetivo entender o contexto para depois
376 fazer a manifestação formal. Levantou outra dúvida ainda sobre o art. 13 referente o inciso XI –
377 *“manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC, em sua*
378 *zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos”* que no seu entender não
379 vinculam manifestação específica do gestor da unidade no seu licenciamento. Perguntou como
380 vai, numa avaliação pontual, considerar o corredor ecológico ou um mosaico que de repente
381 esteja fora da UC, porque há um ou na frase. Sugeriu um encaminhamento mais amplo, com
382 manifestação da SEMA para o Conselho no sentido de apresentar a documentação do
383 processo e pedir manifestação formal do conselho e disse que só a disponibilização do número
384 do processo não é o suficiente pois talvez alguns tenham dificuldade de interpretar e/ou
385 entender o fluxo do processo. Também perguntou se há espaço para manifestação do
386 conselho neste momento, antes da publicação da IN alterada. Cecília explicou que foi colocado
387 este assunto em pauta por conta da preocupação que a APA tem de manter a transparência
388 junto ao Conselho e que essa questão surgiu agora e como o Conselho é deliberativo e
389 soberano, tem direito de se manifestar quanto a qualquer questão pertinente a APA, inclusive
390 essa. Tiago replicou dizendo que a manifestação já foi feita no momento que emitiu a Moção
391 que diz que a IN é ilegal e que depois disso houve todo um trabalho dentro da DUC e que
392 como o recado do conselho já foi dado acha que não cabe outra manifestação. Cecília deu
393 duas possibilidades: ou reativar o CT de alteração do conselho para discutir essas questões ou
394 aguardar a publicação da IN e fazer novo manifesto após. Marcelo concordou que se há
395 espaço para discussão então que se opte pela segunda possibilidade, e completou dizendo
396 que não se sente a vontade para se manifestar hoje apenas parcialmente. Jan entende que
397 falta clareza a respeito do trâmite do processo de alteração da IN 02/2018 e que isso dificulta a
398 contribuição por parte do conselho, que não se sabe se outros conselhos se manifestaram e
399 qual o teor da manifestação e, portanto não é efetivo querer fazer outra manifestação sem
400 saber o que está acontecendo. Completou dizendo que não recorda da redação tal qual como
401 está na discussão do CT. Cecília falou que essa alteração foi incluída após a discussão do CT.

402 Krob relatou que a preocupação do Conselho relativa a IN foi a retirada do seu poder
403 deliberativo e na época houve manifestação contrária ao documento. Essa alteração traz de
404 volta o poder deliberativo ao conselho, e isso interessa, então propôs duas opções de
405 encaminhamento para deliberação do Conselho. Ou deixar o processo seguir até o final e após
406 a publicação o Conselho analisa para identificar se os principais gargalos foram solucionados,
407 ou pedir prazo para avaliação do processo e simultaneamente solicitar a revogação da IN
408 anterior. Jan entende que a primeira proposta não é interessante, pois sem saber o que está
409 tramitando corre-se o risco de ser surpreendido com uma publicação nociva ao Conselho e que
410 precisará ser alterada novamente. Quanto à segunda proposta, sugere que o processo seja
411 disponibilizado para os conselhos e que seja apresentado um cronograma de manifestações
412 dos conselhos para que no final se construa um documento que contempla todos os anseios
413 dos conselhos.

414 Terezinha disse que todo o processo está muito confuso e que achou incoerente a
415 atitude do Conselho, uma vez que no mesmo dia em que foi feita uma Moção que discorre
416 sobre a ilegalidade da IN também criou uma CT para discuti-la. Disse que será difícil
417 contemplar os anseios de todos os Conselhos Gestores pois cada um deve estar fazendo as
418 suas alterações que não necessariamente irão convergir para um documento que agrade a



419 todos. Acha que é mais interessante revogar a IN e mudar o regimento, porém não tem certeza
420 de qual proposta é mais adequada. Cecília falou que a IN é importante para regulamentar os
421 trâmites externos ao regimento interno.

422 Lucídio releu a seguinte parte da lâmina de apresentação "...buscando deixar o mais
423 semelhante à original, porém, suprimindo e alterando os assuntos que não estavam de acordo
424 com o funcionamento dos conselhos gestores. O grupo entendeu que alguns artigos estavam
425 se sobrepondo ao que o Regimento Interno dos Conselhos deve tratar, então foram
426 suprimidos." E perguntou se o que está guiando a alteração é o regimento interno dos gestores
427 ou o do Conselho? Cecília explicou que só existe o regimento interno de cada UC e que a ideia
428 que essa frase quis dar é que todas as questões que puderem ser regulamentadas via
429 Regimento devem ser feitas por esse instrumento e apenas as questões que são de ordem
430 geral ou que não estejam elencadas no regimento sejam deliberadas na IN, e reforçou que
431 concorda que é difícil para o Conselho deliberar qualquer coisa sem ter se apropriado da
432 minuta completa. Terezinha perguntou se é possível que o conselho se manifeste solicitando a
433 derrubada da IN e a modificação do regimento. Leticia respondeu que o conselho é livre para
434 fazer a manifestação que entender melhor e Cecília lembrou que pela IN se sobrepor
435 hierarquicamente ao regimento, se for publicada, o conselho é obrigado a seguir, e por isso é
436 tão importante que todos contribuam para que o documento seja adequado para esse
437 colegiado. Lucídio falou que falta entrosamento entre a DUC e todos os conselhos e que é
438 possível se chegar a um denominador comum. Jan disse que a IN é necessária pois contempla
439 as regras gerais para todas as UCs mas é importante que se tome cuidado para não postular
440 assuntos de caráter regimental na IN, os dois instrumentos devem se complementar, e nunca
441 se sobrepor.

442 Cecília pediu que o conselho se manifeste quanto a deliberação. Jan propôs a emissão
443 de uma correspondência ao DBio solicitando vistas ao processo e informando que o Conselho
444 deseja se manifestar. Priscilla sugeriu que se abra essa possibilidade para outros conselhos.
445 Cecília ressaltou que a única perda que existe é que enquanto não se definir a alteração da IN
446 segue valendo a 02/2018. Krob reforçou sua proposta de deixar o processo seguir até o final e
447 após a publicação o Conselho analisa para identificar se os principais gargalos foram
448 solucionados. Jan complementou colocando que a minuta deveria passar primeiro em todos os
449 conselhos e depois ir para análise das instâncias superiores dentro da SEMA. Krob retirou sua
450 primeira proposta e acompanhou Jan sugerindo um prazo de 60 dias para manifestação de
451 todos os conselhos. Jan demonstrou preocupação com a possibilidade de publicação antes das
452 manifestações. Ficou acordado entre todos que seria encaminhada a minuta de alteração da IN
453 02/2018 e um memorando do conselho solicitando prazo de 60 dias para manifestação.

454 Ao final dessa pauta Tiago seguiu discutindo a necessidade de revisão da composição
455 do conselho paralelamente ao momento em que se está construindo o plano de manejo e disse
456 que entende ser importante decidir nesta plenária, lembrou épocas passadas onde a questão
457 de quórum para deliberação era prejudicada por existirem várias entidades e que esse
458 problema foi sanado reformulando este assunto no regimento baixando para um quórum
459 mínimo para deliberação sem mexer nas entidades. Cecília explicou que muitas entidades já
460 perderam suas vagas por conta do número de faltas e que existe a necessidade de fazer algo a
461 respeito, principalmente por se tratar de um mento impar, que é a construção do Plano de
462 Manejo, e que a intenção é aproveitar o momento para buscar a paridade do Conselho. Tiago,
463 na condição de representante de uma entidade, falou que se sente penalizado por causa de
464 entidades que nunca vieram. Cecília alertou Tiago sobre as faltas que sua entidade também
465 tem e se comprometeu em apresentar o quadro de presenças para a apreciação da plenária na
466 próxima reunião, além disso combinou que enviará a memória de reunião de abril que levou a



467 essa proposta de diminuição das vagas da FIERGS para 2, com esse material há subsídios
468 suficientes para discussão e deliberação na reunião de setembro.

469 Tânia informou que no regimento já consta a regra para a saída das entidades faltantes
470 e que é favorável a isso, disse que os gestores passados sempre insistiam em resgatar e
471 manter as entidades tentando fazer troca de representantes dentro da entidade para evitar sua
472 exclusão, lembrou do compromisso que Marcelo assumiu de fazer mais uma tentativa de
473 resgate dos sindicatos rurais, dizendo que acha desnecessário, porém, como a assembleia não
474 discorda isso será feito, sugeriu que se estabeleça um prazo para que haja retorno dessas
475 entidades e pediu que em caso positivo, essas entidades assumam o compromisso e
476 realmente sejam assíduos nas reuniões. Também disse que não entende que o conselho deve
477 necessariamente ser paritário, caso as entidades de uma categoria não tenham interesse.
478 Nesse momento Cecília falou que o que está em questão é a abertura das vagas para outras
479 entidades afins que manifestaram interesse nas vagas que não estão sendo ocupadas, aí
480 nessas condições Tânia concordou com a abertura. Tânia, que está neste conselho desde a
481 primeira reunião, contou que a questão das 4 vagas da FIERGS já foi exaustivamente discutida
482 e assume que ao fim e ao cabo, foi uma das pessoas que foram a favor das 4 vagas, uma vez
483 que a discussão era infundável, sendo o grupo dividido entre pessoas que não aceitavam que o
484 conselho não fosse paritário e outros defendiam o direcionamento de 4 vagas para uma
485 mesma instituição, caso um dos lados não cedesse e o regimento não seria finalizado. Esse
486 fato ocorreu na época de sua criação, hoje estamos em outro momento onde as entidades
487 estão bem definidas e classificadas corretamente. e existe a necessidade e possibilidade de
488 fazer esses ajustes. Entende que não existe problema nesses ajustes, pois buscando a
489 paridade a única coisa que muda é a entidade que assume pois a vaga permanece. Cecília
490 explica que em alguns casos a vaga é extinta como no exemplo do ICMBIO que não tem outra
491 entidade que pode assumir no seu lugar e, portanto caso não haja interesse na vaga a única
492 opção é sua extinção.

493 A última pauta da reunião foi relativa à estrutura administrativa e financeira, onde
494 Cecília falou a respeito dos recursos da APA. REFAP está subsidiando o Plano de Manejo.
495 TRANSPETRO subsidiou a aquisição da sede e alguns equipamentos, ainda existe uma parte
496 desse recurso que será utilizado na construção de um galpão multifuncional, aquisição de
497 equipamentos, pesquisa, capacitação, educação ambiental, entre outros. Tudo foi apresentado
498 em um quadro que relacionava rubrica, descrição, quantidade e valor.

499 A respeito dos recursos humanos são duas analistas ambientais (Agrôn. e Biól.), 2 Guardas-
500 parques efetivos (chegada do Guilherme e mais dois interessados) *Uma em licença. Além
501 disso temos vigilantes 24h e serviço limpeza.

502 Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de
503 Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Letícia Rolim Vianna encerrou a reunião
504 agradecendo a presença de todos e eu Letícia Rolim Vianna lavrei a presente ata.